

Sumário

Prefácio	XIX
Apresentação.....	1
Capítulo 1 – A Relação Médico-Paciente	7
1.1 A Interface da Medicina com o Direito	7
1.2 A Relação Jurídica Médico-Paciente.....	10
1.2.1 A materialização da relação jurídica médico-paciente.....	14
1.2.2 O desenvolvimento histórico da relação jurídica médico-paciente.....	18
1.2.3 O grande conflito: a mudança de paradigma na relação médico-paciente.....	27
1.3 Deveres de Conduta do Médico	31
Capítulo 2 – A Informação na Relação Médico-Paciente	37
2.1 O Acesso à Informação Enquanto Direito Fundamental	37
2.1.1 Previsão infraconstitucional do Direito à informação na relação médico-paciente	43
2.2 A Prática Informacional.....	47
2.3 O Princípio da Autonomia, Autodeterminação ou Liberdade do Paciente.....	52
2.3.1 Direito de saber a verdade.....	56
2.3.2 Direito à informação clara e adequada	59
2.4 O Consentimento do Paciente	60
2.4.1 Evolução histórica do Consentimento em direção à construção da doutrina do Consentimento informado.....	63
2.4.2 A validade do Consentimento do paciente	76

Capítulo 3 – A Responsabilidade Civil do Médico pelo Inadimplemento Contratual Decorrente do não Cumprimento do seu Dever de Informação	83
3.1 A Responsabilidade do Médico	83
3.1.1 A evolução da responsabilidade do médico.....	86
3.2 A Responsabilidade Civil do Médico.....	92
3.2.1 Responsabilidade Civil contratual do médico	96
3.2.2 Responsabilidade Civil subjetiva ou objetiva do médico	99
3.2.3 Obrigação de meio ou de resultado do médico	102
3.2.4 Dano patrimonial e extrapatrimonial do paciente	106
3.2.5 A quantificação do dano extrapatrimonial do paciente	108
Capítulo 4 – O Dever de Informação do Médico à Luz da Jurisprudência Brasileira	113
4.1 O Descumprimento Informacional enquanto Causa Autônoma de Condenação Civil do Médico	113
4.2 O Dever de Informação do Médico à Luz da Jurisprudência Brasileira	116
4.2.1 Superior Tribunal de Justiça - Recurso Especial nº 1.540.580-DF	120
4.2.2 Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - Apelação Cível nº 0014086-60.2010.8.24.0008	128
4.2.3 Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - Apelação Cível nº 0194646-44.2016.8.21.7000	132
4.2.4 Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - Apelação Cível nº 3068644-10.2000.8.13.0000.....	135
4.2.5 Princípio da boa-fé contratual (confiança, lealdade e cooperação)	139

4.3 Ônus da Prova Quanto ao Cumprimento do Dever Informacional	144
4.3.1 Termo de consentimento livre e esclarecido	147
Referência das Fontes Citadas	153